

**CORPO-EMPRESA: SOBRE CORPORALIDADES E DOCTRINA DA EFICIÊNCIA
E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DE DOCENTES**

**CORPORATE BODY: ON CORPORALITY AND THE DOCTRINE OF
EFFICIENCY AND ITS EFFECTS ON TEACHER EDUCATION**

**BODY-COMPANY: SOBRE LAS CORPORALIDADES Y LA DOCTRINA DE LA
EFICIENCIA Y SUS REFLEXIONES SOBRE LA FORMACIÓN DEL
PROFESORADO**

Recebido em: 15/03/2020

Aceito em: 10/09/2021

Andressa R. Bissolotti dos Santos - ORCID: ¹

Josiane Caldas – ORCID: ²

Resumo: A percepção de que o ser humano fora apropriado pelo mercado, transformando-o em um corpo-empresa, desprovido de subjetividade, e produtivo, afeta todos âmbitos da sociedade, inclusive as academias no Brasil. Esta pesquisa busca refletir acerca da justificativa adotada e difundida pelo mercado em relação à educação, em especial a relação custo vs investimento. O corpo estaria completamente dissociado de sua subjetividade? Na autodisciplina e na biopolítica quem diz a norma? O próprio sistema de pesquisa acadêmica nas universidades sujeita-se muito mais às regras do mercado do que à produção do conhecimento. O mercado tornou-se o espaço de verificação.

Palavras chave: Corpo; Mercado; Educação; Produtivismo; Academia.

Resumen: La percepción de que el mercado se apropió del ser humano, transformándolo en un cuerpo-empresa, desprovisto de subjetividad y productivo, afecta a todas las esferas de la sociedad, incluidas las academias en Brasil. Esta investigación busca reflexionar sobre la justificación adoptada y difundida por el mercado en relación a la educación, especialmente la relación costo-inversión. ¿Estaría el cuerpo completamente dissociado de su subjetividad? En autodisciplina y biopolítica, ¿quién dice la norma? El sistema de investigación académica en las propias universidades está mucho más sujeto a las reglas del mercado que a la producción de conocimiento. El mercado se ha convertido en el verdadero espacio.

Palabras llave: Cuerpo; Mercado; Educación; Productivismo; Academia.

Abstract: The perception that the human being was appropriated by the market, transforming it into a corporeal, devoid of subjectivity, and productive, affects all spheres of society, including the academies in Brazil. This research seeks to reflect on the justification adopted by the market in relation to education, especially the cost vs. investment relation. Would the body be completely dissociated from its subjectivity? In self-discipline and biopolitics, who says the norm? The very system of academic research in universities is much more subject to market rules than the production of knowledge. The market has become the space of verification.

Keywords: body, market, education, productivism, academy.

¹ Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia na **Universidade Federal do Paraná – UFPR**. Pesquisadora do Eixo de Relações Familiares do Núcleo de estudos em Direito Civil -Virada de Copérnico, bem como do Núcleo de Direitos Humanos e Vulnerabilidades. Graduada em Direito, com habilitação em Teoria do Direito e Direitos Humanos pela UFPR. Consultora da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PR. E-mail: bissolottiandressa@gmail.com

² Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Especialista em Políticas Públicas e Especialista em Cooperativismo. Membro do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR. Advogada e Economista. Pesquisadora convidada da Universidade de Coimbra/PT. E-mail: josiannecaldas@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agência de notícias do Portal da Indústria publicou matéria (julho/2018), em que discutia a importância da educação profissional para a inserção no mercado de trabalho. Em destaque informava a indústria precisaria de 7,2 milhões de trabalhadores com formação técnica, mas, que apenas 6,6% dos jovens brasileiros estariam em cursos de educação profissional (AFONSO, 2018).

Já, em 2013, um dos jornais de maior circulação na capital paranaense publicou em seu site artigo no qual discutia o clamor por educação dos movimentos de junho/julho daquele ano. Mas não discutia a partir da ótica dos ‘direitos’. O enfoque dado foi outro: a defesa da pauta da educação se justificava pelo fato de que “estudos mostram que a educação é uma maneira eficiente de melhorar a produtividade” (MEGALE, 2013).

Ora, nada disso nos surpreende; e nem deveria. O apelo às necessidades do mercado como forma de justificar o investimento nesta ou naquela forma de educação não é, absolutamente, uma novidade. E não se insere apenas nas macro preocupações de oferta adequada de cursos, de gerência dessa relação capacitação *vs.* demanda do mercado. Cada vez mais vemos as instituições privadas – e também as públicas – apostarem em anúncios publicitários que focam não na educação, mas na sua posição enquanto possibilitadora de certa inserção diferenciada no mercado. “Seja o que o mercado precisa”, parece ser o *slogan* central de grande parte dos cursos ofertados, desde as graduações até as pós-graduações.

E não para por aí; mesmo naqueles espaços onde o *mercado* é o mercado da circulação e produção do conhecimento, como nos programas de mestrado e doutorado das universidades renomadas, essa produção e circulação parece ser ditada pela lógica da produtividade. Mesmo nesses espaços, a educação parece ser medida pela régua do produtivismo e não do conhecimento. O que seja classificável como um conhecimento válido, ou mesmo útil, aliás, se altera, quando operam regras direcionadas por noções tais quais ‘demanda’, ‘utilidade’, ‘produtividade’.

Nada disso pode ser compreendido, porém, se nos fiarmos apenas nas ideias abstratas. Quem produz, seja produto ou conhecimento, é necessariamente – ao menos ainda – um corpo. São pessoas, dotadas de uma corporalidade, que colocam esse esquema em funcionamento e em movimento; não há regulação externa específica, ou localizável, que possa simplificar a discussão em termos daqueles que se orientam pelo mercado e aqueles que se orientam apenas ‘pelo conhecimento’, ou ‘pela verdade’.

Essa virada, esse processo, essa transformação do corpo em corpo-empresa, é resultado de uma modificação que se deu no interior da modernidade, a qual transformou o mercado em um espaço de definição da verdade, de régua de utilidade, de verificação, como disse Foucault (2008).

Partindo desse léxico, que se relaciona com a compreensão do liberalismo e do neoliberalismo como fenômenos sociais e não apenas econômicos, é que se pretende aqui analisar a existência do corpo-empresa, a inscrição na subjetividade de que se é uma espécie de capital, principalmente tendo em vista as pressões por produtividade que se impõem nas academias brasileiras.

CORPO? SUBJETIVIDADE? NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE UMA DIFERENÇA

A educação é sobre o corpo ou sobre a subjetividade? Nessa clássica separação moderna entre corpo-subjetividade, onde se localiza a educação? Se iremos abordar a produtividade nos meios acadêmicos, não seria mais correto falar, talvez, em ‘subjetividade-empresa’?

Na Genealogia da Moral Nietzsche (2009) descreve o processo hipotético através do qual o ‘homem’ teria surgido, abandonando sua natureza animal e assumindo uma conotação moral. Esse processo é caracterizado, de modo geral, pela negação dos instintos, de uma força vital que se inscreveria na vida, vida enquanto vida orgânica, vida-espécie, vida-corpo. O autor expõe: “Todos os instintos que não se descarregam para fora voltam-se para dentro – isto é o que eu chamo de interiorização do homem: é assim que no homem cresce o que depois se denomina sua “alma”.”

Tal posição, de compreender que a alma (aqui entendida como subjetividade) seria um algo não natural ao homem, mas o resultado de um processo histórico pelo qual o homem teria passado, o coloca no revés da concepção hegemônica da modernidade sobre a relação corpo/alma – ou corpo/subjetividade, como ela foi aqui colocada.

Em “Antropologia do Corpo e Modernidade”, Le Breton (2011) realiza um profundo trabalho, tematizando as diferentes formas através das quais o homem compreendeu a relação de seu corpo, seu ambiente e a existência desse algo interior que nossa tradição costumou chamar ‘alma’.

Se em meio à comunidade medieval o homem não está distinguido da trama comunitária na qual se inclui, se as noções do próprio corpo, de suas fronteiras e seus componentes, não é exata, a modernidade parece ter se caracterizado exatamente por trazer esse corpo à tona, delimitando-o e inferiorizando-o ao mesmo tempo, de forma paradoxal.

Na modernidade, o corpo se desenvolveu como uma marca do externo; desenvolveu-se enquanto marca do indivíduo, de forma que o nascimento do individualismo burguês é em parte o nascimento da percepção de um Self separado, isolado do restante da comunidade – um Self cujos limites são contornados por um corpo. Nesse sentido, “O nascimento em uma escala coletiva de uma sociabilidade na qual o indivíduo prima sobre o grupo corresponde ao advento moderno do corpo” (LE BRETON, 2011, p.109).

Esse individualismo nasce também como noção de intimidade, surgimento e valorização dessa coisa tão sentida por nós modernos, tão estranha aos que nos antecederam. Philippe Ariès, ao fazer um estudo iconográfico das transformações nas representações das pessoas, em especial nas representações de família, nos descreve um processo no qual a intimidade vai aparecendo nas telas. De representações focadas em espaços indeterminados, lugares públicos, a iconografia começa, a partir do século XV, a representar cenas interiores cada vez com maior frequência (1981, p. 137).

Os retratos individuais também passam a surgir; se a iconografia medieval estava preocupada em retratar cerimônias, rituais, elementos essencialmente ‘públicos’, a iconografia moderna cada vez mais se interessa em retratar o pessoal, o privado, as reuniões em família, os rostos – esse elemento tão particular de cada corpo.

Também o poder irá cada vez mais transformar o corpo em uma instância de supremo interesse; o poder pastoral irá inquirir em detalhes, cada uma das sensações do corpo, de suas práticas, de seus desejos. Também as novas ciências, a medicina moderna, a psiquiatria, a sexologia, irão olhar para o corpo como ele jamais fora olhado – como um objeto a ser estudado, como um algo de onde é possível tirar alguma verdade, alguma natureza, (FOUCAULT, 2014).

Não à toa Foucault dirá que a modernidade colocará no sexo a verdade sobre si mesma. O sexo, ou mais especificamente, o dispositivo da sexualidade, é aquilo que articulará o corpo-máquina, disciplinado, individualizado e rigidamente treinado para a utilidade, para a produtividade, com o corpo-espécie, átomo da população, esse amplo conjunto de processos biológicos com o qual o governo passa a se responsabilizar:

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...) (FOUCAULT, 1999, p. 292).

(...) a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz

de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz.” E “A população é portanto tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público” (FOUCAULT, 2008, p. 75).

O dispositivo da sexualidade é um elemento que demonstra de forma cabal essa relação paradoxal entre a invenção de uma intimidade, uma intimidade que se inscreve na necessidade de limitar o acesso do fora ao corpo, e as novas formas que o poder irá assumir para tomar essa intimidade de assalto; uma intimidade que é construída e, no seu afã por liberdade, assujeitada.

Mas há uma outra externalidade que marca o corpo: uma externalidade que nos fará melhor compreender de que forma a educação é sobre a subjetividade e sobre o corpo. Essa externalidade é a invenção mesmo da dicotomia corpo/subjetividade, essa ideia moderna de que há um algo corpo e um algo subjetividade, que são externos um ao outro. “O corpo é tornado axiologicamente estrangeiro ao homem, dessacralizado e objeto de investigações que fazem dele uma realidade à parte.” (LE BRETON, 2011, p. 109).

O Homem, na modernidade, passa a ser identificado com a razão. A razão é aquilo que é o homem, e ela é toda espírito, toda subjetividade, toda alma. Nos termos de Nietzsche, a modernidade seria aquele momento em que, após todo um processo histórico, o homem teria finalmente interiorizado seus instintos, e dali teria surgido sua alma.

Mas Nietzsche é, como já dissemos, um aparte na história da modernidade e do corpo. Nietzsche tematiza o corpo e suas necessidades, e enxerga a alma não como a natureza humana, mas como resultado de um processo. A epistemologia moderna, no entanto, fará o movimento contrário. Virá na ‘alma’ a realidade da existência – e assim a racionalidade moderna se fundará em um “Penso, logo existo”.

O corpo, por sua vez: um fora. O corpo é considerado estrangeiro ao Homem, no sentido de que o Homem é sua razão, sua subjetividade, e o corpo é um algo que lhe pertence. Sua primeira propriedade, como diria John Locke.

Um algo inferior, aliás. Um algo limitador; diante da razão, onipotente, capaz de encontrar a verdade, o corpo é aquilo que é frágil, cujos sentidos se deixam enganar, cujos desejos desviam do caminho do progresso. Daí também o adestramento do corpo e de suas sensações, conforme descreveu Foucault. Daí o interesse de uma burguesia em aplicar a si uma moral sexual, corporal, capaz de controlar o corpo e diferenciá-la das outras classes, como livre em razão e corporalmente controlada. Le Breton enuncia:

O corpo aparece no pensamento do século XVII como a parte menos humana do homem, o cadáver em suspensão no qual o homem não conseguiria se reconhecer.

Essa suspensão do corpo ao olhar da pessoa aparece como um dos dados mais significativos da Modernidade. Lembremo-nos o quanto esta distinção ontológica entre o corpo e o espírito só é claramente acessível aos homens das camadas privilegiadas e eruditas da burguesia (2011, p. 110).

Eis aí algo como um estatuto do corpo: através dele percebemo-nos exteriores aos demais; através dele nós modernos podemos nos diferenciar, nos individualizar, construir nosso *Self*. Ao mesmo tempo, porém, enxergamos nele a nossa prisão; algo que não é ‘nós’ mas ‘nosso’, uma coisa externa que carregamos onde quer que estejamos. O paradoxo: o corpo não seria quem somos, seria apenas a nossa expressão – e uma expressão limitadora.

Nessa concepção, nosso corpo funciona como algo que temos de pôr nos trilhos, em nome de uma maior utilidade; devemos alimentá-lo, exercitá-lo, tratá-lo, em vias de conseguir o invólucro perfeito para aquilo que realmente somos: nossa subjetividade. No processo de educação o papel do corpo seria, assim, não atrapalhar; não interferir com suas doenças, com suas dores, com suas limitações – o corpo é sempre limitação: o sono, a alimentação, o cansaço, tudo nos desviaria de nossa construção pessoal enquanto ‘portadores’ de conhecimento.

Mas essa diferenciação é, como bem vimos, uma invenção, um sentimento da modernidade. Não há um algo do qual o corpo seja exterior, ou que seja exterior ao corpo. O corpo não é uma coisa que nos pertence: a carne é aquilo que somos. E a educação, nesse sentido, não é apenas um bloco de informações e conhecimentos apreendidos; é a inscrição em nosso corpo de uma série de práticas corporais, modos de se expressar, de se estar no espaço, de se utilizar da linguagem – disciplina.

Essa disciplina, no entanto, não é mais imposta por uma instituição no estilo observado por Foucault. A instituição está cada vez mais interiorizada; assim, não é o corpo a prisão da subjetividade, mas a subjetividade que se torna cada vez mais a prisão do corpo.

Mas há outro elemento, aqui, que precisamos trabalhar. Na arte de governar os corpos, com que tipo de poderes nos deparamos? As disciplinas e a biopolítica, diria Foucault. As disciplinas, sabemos como se conformam a partir de poderes não-estatais e como as vemos cada vez mais interiorizadas, numa espécie de autodisciplina do corpo. A biopolítica, no entanto, se inscreve de alguma forma num governo que passa pelo Estado.

Nessas definições, quem diz a norma? Na autodisciplina, é uma libertação e autonomia do homem que está operando? Na biopolítica, é algo como um ‘interesse público’ que se configura e emana a partir do Estado? No jogo de estabelecer as normas – que inspiram as biopolíticas e as autodisciplinas – de onde emana o poder de dizer a verdade? Qual é a régua

competente para medir a validade dessa ou daquela prática, dessa ou daquela política, na sociedade moderna que nos cerca? É sobre essas questões que iremos nos debruçar agora.

QUEM DITA A NORMA? MERCADO COMO ESPAÇO DE VERIFICAÇÃO

A racionalidade da utilidade e da eficiência penetrou em nossas mentes e corpos em fins do Século XX. Pensamos tudo em termos da relação custo-benefício, inclusive nossa relação com nossos próprios corpos, como nossos ‘limitadores’ no processo educacional de se tornar mais desejável aos olhos do mercado. Mas esse processo se gesta no seio da Modernidade como um todo.

Já vimos, por um lado, como o corpo foi escamoteado para uma posição externa e inferior em relação ao sujeito espiritualizado. Mas de que forma tenha esse corpo sido apreendido por um léxico econômico e de mercado, ainda estamos por abordar.

Locke já havia dito que nosso corpo seria nossa primeira propriedade, através da qual haveríamos de possuir todas as outras. Essa ideia não está morta; em 23 de junho de 2015, essa ideia inspirou a palestra de Glória Álvarez, no ‘Fórum da Liberdade’: “O corpo é a primeira propriedade privada que temos; cabe a cada um de nós decidir o que quer fazer com ele”, teria dito ela, seguida dos aplausos dos 2 mil que lotaram o auditório em Porto Alegre. (AMARAL, 2015).

Essa ideia transforma a trajetória pessoal em algo que se define em termos de alocação de recursos, investimento – ora, é preciso investir na propriedade para que dê frutos -, decisões acertadas em termos de mercado, sucesso econômico ou falência.

As vidas pessoais se regem cada vez mais pelo léxico econômico; mas teríamos antes de compreender como esse léxico se estendeu do mercado – espaço privado na separação liberal – ao público.

Já falamos rapidamente sobre as formas assumidas pela biopolítica da população. Mas, precisamos retomar aqui alguns pontos: nessa biopolítica, a gestão desses corpos-unidade não-individualizados se dá exatamente através de cálculos, de tabelas, de observações instrumentais; a vida individual não é uma preocupação, a preocupação é a regularidade da continuidade da vida, o controle da natalidade e da mortalidade, a gestão dos processos naturais.

Veja-se:

Para os economistas do século XVIII, a população deixa de aparecer como uma coleção dos sujeitos de um soberano e passa a expressar ‘um conjunto de processos aos quais é preciso gerir a partir daquilo que eles têm de natural’. A população aparece como um objeto técnico-político de uma gestão, ou seja, de um governo.” (FONSECA, 2002, p. 215).

E foi nesse momento específico, dessa preocupação da gestão em termos de benefício dos processos mais vitais dos agrupamentos humanos, que pode-se ver aparecer a Economia Política. “(...) a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. (FOUCAULT, 2008, p. 140).

É quando se inicia, nos termos de Foucault (2008) o que ele chama de ‘governamentalidade’:

(...) ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.” (p. 143).

Os parâmetros dessa governamentalidade, como já dito, serão dados em termos de cálculos, em termos da economia política. Como se deu essa virada? Foucault fala de uma virada rumo a ‘frugalidade’, em fins do século XVIII. O governo ‘frugal’ é o tema do liberalismo. Mas ele não tematizará o liberalismo a partir dos locais onde foi comumente tematizado, mas a partir de seus impactos sociais e na economia dos saberes.

O que ele nos apresenta, principalmente, é que o liberalismo fará uma inversão da posição do mercado. Se na pré-modernidade o mercado era um espaço de ‘jurisdição’, no sentido de que os preços deveriam ser estabelecidos de forma justa, de forma que o que seja essa justiça era exterior ao próprio mercado, com o advento da modernidade o mercado se transforma num espaço de verificação.

Eis a inversão: se antes o próprio mercado poderia ser julgado a partir de considerações externas, o séc. XVIII e a arte liberal de governar transforma o mercado no local a partir do qual se julga a verdade (FOUCAULT, 2008). Elementos como a ideia de que o preço se definiria de forma ‘natural’ transformam o mercado em um espaço em que é possível medir e estabelecer a validade, ou melhor, a utilidade de qualquer decisão, inclusive governamental.

(...) o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental. (...) ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental (FOUCAULT, 2008, p. 45).

Nesse sentido, o próprio mercado, a partir de seus critérios de utilidade, eficiência, custo-benefício, é que definirá o que é útil ou não para ser feito em termos de governo, o que significa também dizer que será o mercado que definirá os limites das competências governamentais (FOUCAULT, 2008, p. 55). As perguntas em torno de algo a ser feito será sempre em termos de ‘é útil?’, e a resposta será o que define a atuação e seus limites.

Essa lógica não se restringirá apenas a essa relação Mercado-Poder Público, no entanto; em verdade, a modernidade – e principalmente essa modernidade tardia em que vivemos – está cada vez mais tornando nebulosas as diferenciações entre o que seja o ‘público’ e o ‘privado’, tanto no sentido jurídico (direito público vs. direito privado) quanto no sentido social (vida pública vs. vida privada).

A lógica do mercado se imiscui em processos antes alheios a ela; a educação se torna capacitação gradual, constante, eterna. A educação passa a ser a (conformação das subjetividades para o atendimento dos interesses apresentados pelo Mercado; como não existe subjetividade senão corpo, o corpo será adestrado, vigiado, não mais através de um processo impetrado por uma instituição disciplinar, mas através da autodisciplina. As falhas não são mais resultado de erro institucional: passam a ser falhas individuais. Não é o sistema que está em colapso ao insistir em regurgitar indivíduos para suas margens: são esses indivíduos que escolheram não se preparar, não investir em seus corpos, não focar na produtividade que o mercado exigia.

CORPO-EMPRESA: A EDUCAÇÃO E O TRABALHO RENDIDOS AO MERCADO

Que aplicabilidade todas essas considerações têm para nossas vidas cotidianas? Como ensina López-Ruiz (2009) nos anos 60, Schultz lançaria as primeiras premissas de uma teoria que mudaria a forma como o business world pensaria o trabalho, o emprego, as empresas, o ser humano em si mesmo. Trata-se da teoria do capital humano.

Essa teoria se baseia na inversão essencial que ocorreria entre a palavra *consumo* e a palavra *investimento*. Ao tematizar que as habilidades dos trabalhadores de uma empresa significam parcela importante de sua riqueza, Schultz desafiou as pessoas a ver na educação um aspecto de investimento futuro. Assim, quando as pessoas pagassem um curso, e caso ele fosse capaz de garantir-lhes ganhos futuros (empregabilidade, maior habilidade social, etc.), ele poderia ser visto não como o *consumo* de algo, mas como um *investimento*.

Mas um investimento em que? Em si mesmo, na própria subjetividade, no próprio corpo. Surge então a ideia de que cada indivíduo é em si mesmo uma empresa, na qual investe; ele é

responsável por tomar decisões, por manter esse capital sempre em movimento, investindo, jamais parado; ele é responsável por garantir sua empregabilidade, por estar atento aos desejos do mercado e garantir que pode oferecer o que é requerido – através principalmente da educação, que aqui se traduz melhor em ‘capacitação’. Em suma:

Para a teoria do capital humano, os tipos de gasto que interessam são os feitos nas capacidades duráveis. Esses gastos representam investimentos e, através deles, uma das capacidades duráveis transforma-se em capital humano que realiza serviços de consumidor, e a outra, numa forma de capital humano que incrementa a capacitação de produtor da pessoa que recebe o investimento (LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 224).

Para que a teoria do capital humano se tornasse inconteste aos olhos do mercado, era necessário ainda estabelecer a diferenciação entre gastos para consumo de gastos para investimento. E de acordo com López-Ruiz (2009, p. 221-222) Schultz o fez: a primeira categoria é formada pelas despesas de consumo puro que satisfazem as preferências do consumidor sem aumentar as suas capacidades (seja de consumo ou de produção); a segunda pelas despesas que aumentam as capacidades produtivas, mas que não satisfazem nenhuma preferência subjacente ao consumo, sendo assim ‘investimento puro’; e por fim, aquelas despesas que tem os dois efeitos: ser parte consumo e parte investimento.

Somente aqueles gastos que resultem no aumento da capacidade de ganhos futuros são, assim, investimentos. Ou seja, aqueles recursos utilizados em educação para satisfação pessoal não seriam investimento. Um curso de idiomas será um investimento se a língua escolhida agregar no seu currículo, for interessante para o mercado. Caso contrário será considerado como simples consumo e por consequência um desperdício (LÓPEZ-RUIZ, 2006, p. 91).

Uma série de efeitos operam a partir dessa visão; o primeiro, é claro, é que a posição de verificação do mercado, como tematizada por Foucault, aparece central como nunca, não mais apenas para as decisões de governamentalidade dos Estados, mas também para a decisão dos próprios sujeitos de como governar suas próprias vidas. O segundo, é que a partir dessa visão, o indivíduo se torna o único responsável por tudo que lhe acontece; é ele o responsável pelo investimento e acréscimo desse capital, pelas decisões que devem ser tomadas, por avaliar o que o mercado deseja. Isso significa, é claro, que é também apenas ele o responsável pelos seus fracassos.

(...) desde el momento en que las personas pasan a ser propietarias de su capital humano, ellas son responsabilizadas por la manutención de dicho capital. Se convierten, entonces, en responsables de su <empleabilidad>, y deben asumir los

riesgos de sus elecciones, el riesgo de sus buenas o malas <inversiones>³(LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 226).

Essa situação se torna ainda mais drástica quando consideramos que, na nova forma de pensar a relação capital-pessoa, a educação passa a não mais ser vista como uma possibilidade de se elevar socialmente, mas se torna uma condição, uma exigência, para que se permaneça ao menos no mesmo setor social a que se pertence inicialmente. Esse é um ciclo vicioso, uma vez que é necessário permanecer para poder investir mais em seu próprio capital, o que é necessário para se manter permanecendo.

Ora, se temos um quadro tão esmagador para estudantes, que recorrem a cursos capacitadores sempre tendo em vista novas exigências mercadológicas, que tipo de efeitos têm isso nos professores? Ou, em outras palavras, o que nós, que vivemos na academia, temos a ver com tudo isso?

Seria ingenuidade pensar que as coisas aconteceriam de modo diferente dentro dos muros das instituições de ensino. Não só nas privadas – onde a pressão por direcionar o conteúdo para o mercado é cada vez maior – mas também nas universidades públicas, os professores se tornam um paradigma do que essa teoria traz. É necessária uma formação permanente, uma atualização constante, não mais em nome do conhecimento, mas para permanecer valioso diante do mercado educacional.

Dessa forma, cada vez mais não basta, para ser professor, ter conhecimento do conteúdo e capacidade didática de passá-lo. É preciso um algo mais, quase um showbusiness, pois que a Universidade está ali para entregar o produto anunciado – diante da compra do investimento pelo aluno, cabe ao professor garantir que o investimento seja feito, mesmo quando ao revés do próprio aluno.

Sguissardi (2015) explica esse comportamento por meio do que diz ser a tendência da educação superior neste século; o autor afirma que, dada a premissa de que o ensino superior é antes um bem privado que público, prega-se cada vez mais a aproximação da Universidade com o mundo empresarial, com o objetivo proclamado de superar o desajuste entre esta e o mundo do trabalho.

No campo da pesquisa, por outro lado, o compromisso com um conhecimento de qualidade e repercussão social parece ter desaparecido nos meandros das normativas da

³ Em tradução livre: “A partir do momento em que as pessoas se tornam donas de seu capital humano, são responsáveis pela manutenção desse capital. Elas então se tornam responsáveis por sua <empregabilidade> e devem arcar com os riscos de suas escolhas, o risco de seus <investimentos> bons ou ruins.

Fundação CAPES, entidade responsável por subsidiar o Ministério da Educação na elaboração das políticas para pós-graduação. Pelos corredores dos programas de Mestrado e Doutorado do país, professores e estudantes conhecem bem a ordem do dia e se esforçam para nela se encaixar: a palavra da vez é a produtividade. Vejamos: “En el mundo académico (...) una frase dicha con ironía – o no dicha por pudor, pero pensada por muchos – es una clara expresión de esta realidad: <yo trabajo para mi curriculum>⁴. (RUIZ-LÓPEZ, 2006, p. 95), ou no Brasil: “Eu vivo para o meu Lattes”.

A hipervalorização da produtividade acadêmica vem, cada vez mais, reforçar o temor de que o produto final da pesquisa científica, ou seja, as publicações, se transformem no fim em si mesmas e não na busca pela produção e socialização dos saberes, potencializando o individualismo em detrimento da solidariedade entre os pesquisadores, cimentando o viés liberal do mercado também nestes relações, e por conseguinte esvaziando as concepções de cooperação e solidariedade entre os pares na academia.

A regra é a competição, pois quanto mais linhas constar no Lattes, maior o reconhecimento pessoal e a valorização financeira. Essa luta constante é capaz de estabelecer um verdadeiro "vale tudo", que manteria os pesquisadores produtivos, mas não raros, competitivos (PATRUS *et al.*, 2015).

E ainda afirma que:

O produtivismo acadêmico pressupõe a valorização do que pode ser mensurado em detrimento de produtos e resultados de natureza qualitativa, como, por exemplo, a formação da cidadania e da consciência crítica. Um artigo publicado em uma revista A1 tem um valor quantitativo determinado. Uma aula exemplarmente ministrada, que produz nos alunos a alegria interior de estarem no caminho de sua vocação profissional, não é tão fácil de ser mensurada. A máxima de que "o que não pode ser medido não pode ser avaliado" revela uma escolha epistemológica e política que pressupõe uma certa forma de ver o mundo (PATRUS *et al.*, 2015, p. 12).

Essa ‘certa forma de ver o mundo’ está relacionada ao processo antes descrito, de transformação do mercado em espaço de verificação; é a mercantilização do conhecimento através, sobretudo, da apropriação do corpo. Essa produtividade exige ao máximo de professores e estudantes, e é importante que se repise: exige corporeamente.

⁴ Em tradução livre: No mundo acadêmico (...) uma frase dita com ironia - ou não dita por modéstia, mas pensada por muitos - é uma expressão clara dessa realidade: <trabalho para o meu currículo>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras de Foucault acerca do neoliberalismo se mostraram não apenas acuradas com a realidade em que se inseriam, mas, até mesmo, podemos dizer, preditivas. Temos hoje a figura da empresa, da corporação, como paradigma da forma como vivemos nossas vidas, especialmente como pensamos nossa relação com o trabalho e com nossa produção intelectual.

Sabemos que a resposta da pergunta “¿Cuántos pueden decir que no trabajan para su curriculum?”, enunciada por López-Ruiz (2006, p. 96), não nos leva a um horizonte muito promissor. A verdade é que o currículo – que podemos pensar como extrato de capitalizações, como propõe o autor – tem se tornado cada vez mais no definidor do que faremos com o nosso tempo e com as nossas vidas. Não apenas na academia, é claro, mas devemos perceber que nesse espaço essa invasão da lógica de mercado é vivida de forma aguda pelos corpos que por ele transitam.

De fato, nunca antes o ser humano havia sido pensado tão diretamente como ‘uma forma de capital’. O corpo é posto em um regime de autodisciplina estrita, em que suas manifestações, sua fome, seu sono, seu desejo, sua dor ou sua doença, têm de ser contidos, disfarçados, controlados. Cada curso, cada aprendizado, cada publicação é um investimento, de tempo, de dinheiro e de esforços.

Nunca antes fomos tão instados a consumir e produzir, sempre em nome de um futuro; o presente se apagou: o devoramos, o consumimos, em nome de um futuro que, aparentemente, jamais cessará de nos escapar, e ao qual nós sempre teremos a necessidade de perseguir.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Ismalia. Educação profissional facilita ingresso no mercado de trabalho. **Portal da Indústria**, 2018. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/07/1,17480/educacao-profissional-facilita-ingresso-no-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 21/04/2019.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. **Reportagem pública**. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 22/04/2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. ¿Somos todos capitalistas? Del obrero al trabajador-inversor. **Nueva Sociedad** 202. 2006, pp. 87-97. p. 91.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como *ethos*. **Mediações**. Londrina. V. 14. N. 2. Jul/dez 2009. pp. 217-230. p. 224-225.

MEGALE, Caio. Educação, produtividade e mercado de trabalho. **Gazeta do Povo [on-line]**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/educacao-productividade-e-mercado-de-trabalho-cogfr43rtpmzf85n7nmX0rnf2>>. Acesso em: 21/04/2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral:** uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PATRUS, R. et al. Academic productivity and its impacts in Postgraduate programs: is it a threat to solidarity between peers? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 1–18, mar. 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior No Brasil. Democratização Ou Massificação Mercantil?** Centro de Estudos Educação e Sociedade, CEDES, 2015.